

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 50/XII/2.^a SL

Aos 30 dias do mês de abril de 2013, pelas 14:40 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

14:30 Horas - Reunião com uma delegação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Políticos, Jurídicos e Institucionais da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

15:30 Horas

Ordinária

1. Distribuição de iniciativas legislativas;

2. Nova apreciação na generalidade, nos termos dos artigos 139.^o e 146.^o do Regimento da Assembleia da República, das seguintes iniciativas legislativas:

- **Proposta de Lei n.º 115/XII/2.^a (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz, aprovada pela Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, aperfeiçoando alguns aspetos de organização e funcionamento dos julgados de paz;**
- **Projeto de Lei n.º 333/XII/2.^a (PCP) - Estabelece a rede nacional, o regime de competência, a organização e o funcionamento dos julgados de paz;**
- **Projeto de Lei n.º 334/XII/2.^a (BE) - Altera a Lei dos Julgados de Paz (primeira alteração à Lei n.º 78/2001, de 13 de julho);**

3. Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Economia e Obras Públicas sobre a Petição n.º 232/XII/2.^a - "Solicitam que a legislação em vigor em matéria de Contratos seja revista no sentido de obrigar a que os mesmos sejam redigidos com tamanho mínimo de letra 11 e espaçamento entre linhas de 1,15." - Relator: Deputado João Oliveira (PCP);

4. Apreciação e votação dos relatórios finais sobre as Petições n.ºs 124/XII/1.^a - "Solicita a aprovação de legislação que criminalize a violação da liberdade de religião" e 173/XII/2.^a - "Solicitam a aprovação de uma nova lei de proteção dos animais" - Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS);

5. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente sobre a COM (2013) 154 - Proposta de Decisão do Conselho relativa à conclusão, em nome da União Europeia, do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional relativo ao fabrico e ao tráfico ilícitos de armas de fogo, suas partes, componentes e munições - Relator: Deputado João Lobo (PSD);

6. Apresentação do Relatório de participação da Senhora Deputada Isabel Oneto, em representação da Comissão na Conferência "Direitos Humanos e a Política Externa", em Istambul, nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2012;

7. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão (PSD), a Comissão recebeu uma delegação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Políticos, Jurídicos e Institucionais da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP), composta pelos Senhores Deputados Elsa Pinto (MLSTP/PSD), Vice-Presidente da Comissão, Albertino Bragança (PCD) e Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), membros da Comissão, e pelo assessor da Comissão, Dr. Giraculo Pires Francisco. No encontro os Senhores Deputados da ANSTP deram conta da sua experiência na Comissão de que são membros, homóloga da 1.^a Comissão, tendo o Senhor

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 50/XII/2.^a SL

Presidente e os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS), Carlos Peixoto (PSD), Teresa Anjinho (CDS/PP), Cecília Honório (BE) e Elza Pais (PS) cumprimentado a delegação presente e dado conta do trabalho da Comissão e da sua experiência parlamentar em matéria de direitos, liberdades e garantias.

Pelas 15 horas, teve início a reunião ordinária da Comissão, com a distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
400/XII/2. ^a (BE)	Altera a Lei da Nacionalidade (quinta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro).	Deputada Maria de Belém Roseira (PS)
403/XII/2. ^a (BE)	Legaliza o cultivo de canábis para consumo pessoal e cria o enquadramento legal para os clubes sociais de canábis.	Deputada Elza Pais (PS) <i>Parecer a aprovar na reunião de 8 de maio</i>

No segundo ponto da ordem do dia, teve início a discussão no âmbito da nova apreciação na generalidade, nos termos dos artigos 139.º e 146.º do Regimento da Assembleia da República, das iniciativas legislativas de alteração da Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz, na qual intervieram os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), Maria Paula Cardoso (PSD), Teresa Anjinho CDS/PP), João Oliveira (PCP) e Cecília Honório (BE), tendo sido deliberado constituir um grupo de trabalho para o efeito da discussão e votação indiciárias de um texto de substituição, composto pelos Deputados identificados.

Tendo sido adiados os 3.º, 4.º e 6.º pontos da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado João Lobo (PSD) apresentou o seu relatório sobre a iniciativa europeia COM (2013) 154 - *Proposta de Decisão do Conselho relativa à conclusão, em nome da União Europeia, do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional relativo ao fabrico e ao tráfico ilícitos de armas de fogo, suas partes, componentes e munições*, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 50/XII/2.^a SL

Por fim, o Senhor Presidente propôs a constituição do Júri do Prémio Direitos Humanos 2013, tendo sido fixada, por unanimidade, a seguinte composição:

- *Deputado Fernando Negrão (Presidente);*
- *Deputado Guilherme Silva (PSD);*
- *Deputada Maria de Belém Roseira (PS);*
- *Deputado Telmo Correia (CDS/PP);*
- *Deputado António Filipe (PCP);*
- *Deputada Cecília Honório (BE);*
- *Deputado José Luís Ferreira (PEV).*

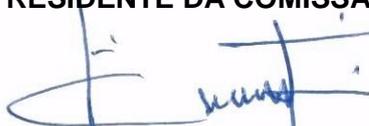
Foi ainda deliberado solicitar à Senhora Presidente da Assembleia a promoção da divulgação do Prémio no *site* da Assembleia da República e junto da comunicação social, de modo a permitir a apresentação de candidaturas até ao próximo dia 31 de Julho, nos termos do artigo 6.º do Regulamento do Prémio.

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) recordou a sua proposta de realização de uma audição pública sobre a [Proposta de Lei n.º 114/XII](#) - *Aprova a Lei de Organização do Sistema Judiciário*, tendo proposto que tivesse lugar logo após a realização de audiências solicitadas à Comissão. O Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) considerou útil proceder ainda à audição dos Sindicatos representativos dos funcionários judiciais. O Senhor Presidente concluiu então propondo que a Comissão realizasse as audiências do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, da secção de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (que haviam remetido um contributo escrito à Comissão), da Associação Sindical dos Juízes Portugueses e dos Sindicatos representativos dos funcionários judiciais, após o que se discutirá a proposta de realização da referida audição pública.

A reunião foi encerrada às 16:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de abril de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 08-05-2013

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 50/XII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Teresa Anjinho
Ana Catarina Mendonça Mendes
Elza Pais
Luís Montenegro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Velosa
José Luís Ferreira